CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2025.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROCESSAMENTO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS, COM USO DE CONSULTORIA TÉCNICA E TECNOLOGIA, VISANDO À RECUPERAÇÃO DE VALORES DE IRRF RETIDOS NA FONTE E NÃO COMPENSADOS, INCIDENTES SOBRE PAGAMENTOS REALIZADOS A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PELA PRESTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO, CONFORME ARTS. 157, I, E 158, I, DA CF/88, COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS DETALHADOS CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, DATA DA PRESTAÇÃO, NATUREZA DO SERVIÇO, ALÍQUOTA APLICADA, VALORES RETIDOS, PAGOS, INFORMADOS À RECEITA FEDERAL E MONTANTE A RECUPERAR DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ- PI, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ-PI E A PESSOA JURÍDICA AZÊDO, DOURADO, AMADOR E BATISTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, INSCRITA NO CNPJ SOB O N° 35.135.634/0001-36, NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ– PI, inscrito no CNPJ nº 06.554.968/0001-46, situado na Praça Imaculada Conceição, nº 544, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Joseilson Barbosa Nunes, casado, inscrito no CPF n° 831.528.063-53 e RG nº 1.757.133 SSP-PI, residente e domiciliado na rua Chico Guerra, bairro Santo Antonio, CEP n° 64.350-000, na Cidade de São Félix do Piauí- PI, no exercício do mandato de Prefeito Municipal.

CONTRATADA: AZÊDO, DOURADO, AMADOR E BATISTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ sob o n° 35.135.634/0001-36, com sede no endereço profissional na Q SHIS QL 12 Conjunto 8, Casa 13, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP: 71.630-285, na Cidade de Brasília- DF, representado neste ato pelo seu representante legal o Sr. Bruno Milton Sousa

Batista, Advogado, com registro no OAB/DF, sob o n.º 55.412, portador do CPF n.º 771.511.863-04.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente contrato para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento de lançamentos contábeis, com uso de consultoria técnica e tecnologia, visando à recuperação de valores de IRRF retidos na fonte e não compensados, incidentes sobre pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas pela prestação de bens e serviços ao Município, conforme arts. 157, I, e 158, I, da CF/88, com emissão de relatórios detalhados contendo razão social, CNPJ, data da prestação, natureza do serviço, alíquota aplicada, valores retidos, pagos, informados à Receita Federal e montante a recuperar dos últimos cinco anos, para atender às necessidades do Município de São Félix do Piauí- PI, conforme autorização da autoridade competente nos autos da Inexigibilidade de Licitação nº 007/2025, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

Proposta segue em anexo;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento de lançamentos contábeis, com uso de consultoria técnica e tecnologia, visando à recuperação de valores de IRRF retidos na fonte e não compensados, incidentes sobre pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas pela prestação de bens e serviços ao Município, conforme arts. 157, I, e 158, I, da CF/88, com emissão de relatórios detalhados contendo razão social, CNPJ, data da prestação, natureza do serviço, alíquota aplicada, valores retidos, pagos, informados à Receita Federal e montante a recuperar dos últimos cinco anos, para atender às necessidades do Município de São Félix do Piauí- PI, pelos quais a **CONTRATADA** se compromete a realizar os serviços conforme previsto na proposta e no Termo de Referência e ao estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. Os serviços, ora contratados, foi objeto de procedimento de inexigibilidade de licitação, Processo Administrativo n° 050/2025, Inexigibilidade n° 007/2025, conforme a autorização da autoridade competente, e de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

3.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme Art. 92 inciso III.

CLÁUSULA QUARTA– DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. O objeto desta licitação será executado de acordo com a ordem de prestação de serviço emitida pelo órgão competente do Município, e será vistoriado por setor competente desta Prefeitura, conforme determinações da lei de 14.133 contidas no Capítulo VI do Art. 115 a 123.

4.2. Além do disposto no item anterior, a prestação dos serviços se dará conforme disposto no Termo de Referência e na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento à CONTRATADA será realizado exclusivamente por êxito, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente recuperado ou compensado a favor do Município de São Félix do Piauí-PI, referente ao reprocessamento de lançamentos contábeis e recuperação de créditos de IRRF retido na fonte e não compensado nos últimos cinco anos.
5.2. Considera-se como êxito a comprovação documental do crédito reconhecido e validado pela Receita Federal do Brasil, bem como a efetiva compensação ou restituição de valores aos cofres municipais.
5.3. O pagamento será efetuado após a entrada dos valores nos cofres públicos ou validação oficial do crédito compensável, mediante apresentação de relatório técnico detalhado, documentos comprobatórios do êxito, nota fiscal e aprovação pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Setor Contábil.
5.4. Não haverá qualquer pagamento antecipado, por estimativa, ou a título de adiantamento, tampouco reembolso de despesas administrativas ou operacionais, exceto se previamente autorizado, de forma expressa e formal, pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Informamos que as despesas serão efetuadas com Recursos próprios, no elemento de despesa 339039- outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:
I - emitir a ordem de Serviços do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;
II – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;
III - fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro, integrado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA obriga-se a:

I - executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;

II - entregar os serviços objetos do contrato, na sede de acordo com a ordem de serviços, no prazo máximo definido em tal documento, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração;

III - entregar o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo Licitatório, Inexigibilidade de Licitação nº 007/2025;

IV - substituir, às suas expensas e no prazo determinado pelo órgão competente desta Prefeitura, os serviços realizados em que se verificarem vícios destoantes do padrão normal;

V - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VI - assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VII - utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VIII - manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

CLÁUSULA NONA –DOS CASOS DE EXTINÇÃO

9.1. O presente contrato será extinto excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos na da Lei n.º 14.133 conforme estabelecido na Seção VI Titulo 3 Capitulo VIII, sob qualquer uma das formas descritas na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO

10.1. O ato que autoriza a contratação ou Extrato de contrato do presente Contrato será publicado em sítio oficial eletrônico conforme art. 72, no prazo previsto no do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1. Este contrato terá vigência por até 12 (doze) meses, podendo ainda, ser aditivado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

PARAGRAFO PRIMEIRO- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARAGRAFO SEGUNDO- O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

PARAGRAFO TERCEIRO- O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

De acordo com o Art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de aplicação de multas, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.133/2021, cabem os recursos dispostos no seu capítulo II Art 165.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a Inexigibilidade de Licitação nº 007/2025, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA, além do Termo de Referência. Esses documentos constam do Processo Licitatório e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Barro Duro, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

São Félix do Piauí (PI), 24 de julho de 2025.

JOSEILSON BARBOSA NUNES:83152806353

Assinado de forma digital por JOSEILSON BARBOSA NUNES:83152806353
Dados: 2025.07.24 08:51:49 -03'00'

Joseilson Barbosa Nunes
Prefeito Municipal
CONTRANTE

Azêdo, Dourado, Amador e Batista Sociedade De Advogados
CNPJ sob o n° 35.135.634/0001-36.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
1._____
2._____